

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Escalada dos juros pesam na indústria nacional

Atividade econômica cresce 0,4% em agosto

A atividade econômica brasileira apresentou crescimento no mês de agosto deste ano, de acordo com informações divulgadas do Banco Central (BC). Isso porque o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 0,4% em agosto ante o mês anterior, considerando os dados dessazonalizados (ajustados para o período).

Na comparação com agosto de 2024, houve

variação positiva de 0,1%, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais. No acumulado do ano, o indicador ficou positivo em 2,6% e, em 12 meses, teve alta de 3,2%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica e ajuda o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC a tomar decisões sobre a Selic.

Setores

O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da economia brasileira – indústria, comércio e serviços e agropecuária –, além do volume de impostos. A taxa básica de juros (Selic) é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação.

Finalidade

Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas ajudam a redução da inflação, mas dificultam o crescimento.



Na conta de energia vem a descrição da bandeira

Inflação oficial subiu 0,48% por conta da energia

Depois de queda em agosto, em setembro a inflação oficial subiu 0,48%, com influência da alta da conta de luz. Em 12 meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumula 5,17%, acima do teto da meta, de 4,5%.

As incertezas do cenário econômico externo e esses indicadores, como o IBC-Br, que mostram a mo-

deração no crescimento interno estão entre os fatores que levaram o Copom a manter os juros básicos em 15% ao ano, na última reunião, em setembro.

A intenção do colegiado é, de acordo com a ata divulgada, manter a taxa Selic atual “por período bastante prolongado” para garantir que a meta da inflação seja alcançada.

Metodologia

Divulgado mensalmente, o IBC-Br emprega metodologia diferente da utilizada para medir o Produto Interno Bruto (PIB), que é o indicador oficial da economia divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2024, o PIB fechou com alta de 3,4%.

Leilão

O Itaú Unibanco realiza um leilão com 103 imóveis distribuídos em 17 estados. Entre as propriedades disponíveis, 40 estão no Estado do Rio de Janeiro. Os lances já estão abertos, e os interessados podem se habilitar até o dia 22, às 11h, via <https://www.frazaoleiloes.com.br/>.

PIB

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país. Puxada por serviços e indústria no segundo trimestre a economia cresceu 0,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, a maior expansão desde 2021, quando atingiu 4,8%.

Gerdau

Estão abertas as inscrições para o programa de estágio da Gerdau: o G.S-tart. São oferecidas 150 vagas em 12 estados, das quais 110 são oportunidades para estudantes de cursos de Engenharia. As inscrições vão até 16 de novembro em <https://estagiogerdau.com.br/>.

TCU livra o governo federal da meta fiscal em 2025

Decisão permite que seja buscado um déficit primário de R\$ 31 bi

Por Martha Imenes

O Tribunal de Contas da União (TCU) aceitou recurso da Advocacia-Geral da União (AGU) e suspendeu a exigência de o governo federal buscar o centro da meta fiscal, déficit zero para 2025. A medida, tomada de forma monocrática pelo ministro Benjamin Zymler, representa uma vitória para o Executivo, ao afastar, ao menos por ora, o risco de um bloqueio adicional de até R\$ 31 bilhões no Orçamento deste ano.

Em setembro, os ministros do TCU haviam emitido um alerta de que o governo que deveria perseguir o resultado central da meta de resultado primário, considerado um sinal de compromisso com a responsabilidade fiscal.

Tolerância

A AGU, no entanto, argumentou que a interpretação mais adequada da norma seria o cumprimento dentro da banda de tolerância — que admite variação de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para cima ou para baixo. Na prática, isso permite à União trabalhar com o limite inferior da meta, um déficit de até R\$ 31 bilhões.

Ao acolher o recurso, Zymler justificou sua decisão pela impossibilidade prática de impor novo contingenciamento neste ano e pelo risco



Ministro Benjamin Zymler ressaltou no despacho que em 2026 a meta será restabelecida

que um bloqueio adicional do Orçamento representaria para a execução de políticas públicas essenciais. O ministro destacou que o tema envolve matéria inédita e complexa, com divergências de entendimento técnico tanto dentro do Executivo quanto no próprio Tribunal.

Déficit

Na prática, a decisão de

Zymler permite que o governo mire um déficit primário de R\$ 31 bilhões no Orçamento de 2025. O governo sustentou que a imposição do TCU comprometeria o funcionamento da máquina pública e paralisaria programas estratégicos, sobretudo em áreas sociais e de investimento.

O relator acatou o argumento e concedeu efeito suspensivo

até o julgamento definitivo do caso pelo plenário do tribunal.

A decisão alivia de forma imediata a pressão sobre as contas federais e assegura maior previsibilidade à execução orçamentária de 2025.

No entanto, diversos economistas alertam para os efeitos simbólicos da medida sobre a credibilidade das metas estabelecidas pelo arcabouço fiscal.

Debate sobre alvo do centro da meta

A controvérsia traz o debate sobre a definição de qual seria o “alvo” correto da política fiscal: o centro da meta, como defendia o TCU, ou o intervalo de tolerância previsto em lei, como sustenta o governo.

A decisão de Zymler, ao dar razão à AGU, sinaliza uma mudança de entendimento que favorece a interpretação mais ampla e pragmática da regra.

O governo alega que o pacote de corte de gastos aprovado pelo Congresso no fim do ano passado acabou com o “dever de execução” do Orçamento, permitindo que o governo mirasse qualquer valor dentro da banda de tolerância do arcabouço fiscal.

Ainda que temporária, a medida tem implicações políticas relevantes sobre o marco fiscal

do governo. Ela ocorre em meio às negociações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao esforço do governo em manter a execução de programas prioritários sem novos cortes.

No Congresso e no TCU, porém, o debate sobre a necessidade de preservar a disciplina fiscal continuará em 2026.

A decisão de Zymler vale até o julgamento definitivo do

caso pelo Plenário do TCU, previsto para 2026. O tribunal pode determinar a perseguição do centro da meta para o próximo ano, estipulada em superávit primário de R\$ 34,3 bilhões.

Caso continue a permitir à equipe econômica mirar o piso da meta, o governo poderá terminar o próximo ano com déficit zero, dentro da margem de tolerância de 0,25% do PIB.

Correios negociam empréstimo de R\$ 20 bilhões para equilibrar contas

Os Correios apresentaram as medidas que integram a primeira fase do plano de reestruturação financeira e operacional para garantir sustentabilidade e modernização da estatal.

Entre elas, a empresa negocia com bancos o empréstimo de R\$ 20 bilhões, com garantia do Tesouro Nacional, para custear as operações dos Correios e equilibrar financeiramente a instituição no biênio 2025-2026 e para gerar lucro a partir de 2027.

De janeiro a junho deste ano, os Correios registraram prejuízo de R\$ 4,36 bilhões, enquanto no mesmo período de 2024, o déficit foi de R\$ 1,3 bilhão.

Segundo o presidente dos Correios, Emmanoel Rondon, que está no cargo há 21 dias, um dos fatores que contribuíram para as contas negativas foi a crescente concorrência no comércio eletrônico.

“A nossa empresa não se adaptou de forma ágil a uma nova realidade e isso fez com que a gente sofresse em termos de resultados, de geração de caixa e da operação em si. Então, nos últimos anos, o que vem acontecendo na empresa é que



Correios tem mais de 10 mil agências e 8 mil unidades operacionais no país

a perda de competitividade vem fazendo com que a gente tenha perda de receitas”, admitiu Rondon.

De acordo com ele, o Postalís (fundo de pensão complementar dos funcionários dos Correios e um dos maiores do país) é um dos itens relevantes de despesas da empresa pública e é preciso negociar uma solução melhor.

Entre as medidas de reestruturação anunciadas, estão o corte de despesas opera-

cionais e administrativas, a busca pela diversificação de receitas e a recuperação da liquidez da empresa.

A empresa lançará um Programa de Demissões Voluntárias (PDV), com mapeamento da força de trabalho no país inteiro e de áreas ociosas.

A estatal também planeja vender imóveis ociosos, o que poderá representar a entrada de recursos novos, acompanhada da redução de gastos com manutenção desses espaços.

Estrutura

Os Correios estão presentes em 100% dos municípios do Brasil. O país tem 5.568 municípios, além do Distrito Federal e do Distrito Estadual de Fernando de Noronha (PE), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A estrutura da estatal abrange mais de 10 mil agências de atendimento, 8 mil unidades operacionais (de distribuição e tratamento de encomendas e correspondências), 23 mil veículos e 80 mil empregados diretos.